



37203435

08119.004873/2026-13



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional de Políticas Penais
Diretoria da Penitenciária Federal em Mossoró/RN

DESPACHO Nº 3507/2026/DIPF-MOS/SENAPPEN

Destino: **DIAD-MOS, AGCOMP-MOS e AGOFI-MOS**Assunto: **Material: Aquisição de material/serviço**Interessado(a): **PFMOS**

1. Trata-se da necessidade de **aquisição de máquinas de cortar cabelo e barbeadores** para atender os interesses da Penitenciária Federal em Mossoró (PFMOS/RN), conforme Documento de Formalização da Demanda - DFD (36926819).
2. Por meio do Despacho 845 (37175023), o Serviço de Licitações e Contratos desta UPF acolheu a Nota Técnica 96 (37171471), que consolida a pesquisa de mercado realizada para o item de interesse e conclui que o valor referencial para aquisição é de **R\$ 11.358,00 (onze mil trezentos e cinquenta e oito reais)**, conforme abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO MÉDIO MENSAL	VALOR TOTAL
1	Máquina de Cortar Cabelo	40	R\$ 200,79	R\$ 8.031,60
2	Barbeador Elétrico	20	R\$ 166,32	R\$ 3.326,40
TOTAL:				R\$ 11.358,00

3. Desta feita, à luz da documentação carreada e atendendo à sugestão da área técnica desta UPF, **APROVO** o Termo de Referência (37175623) e a Pesquisa de Mercado materializada na Nota Técnica 96 (37171471).
4. À **AGOFI-MOS**, para verificação de **disponibilidade orçamentária na importância de R\$ 11.358,00 (onze mil trezentos e cinquenta e oito reais)**.
5. À **AGCOMP-MOS**, para lançamento da demanda no **Sistema de Dispensa Eletrônica do ComprasNet**.
6. À **DIAD-MOS**, para conhecimento.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Roderick Ordakowski, Diretor(a) da Penitenciária Federal em Mossoró/RN**, em 01/10/2026, às 16:25, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **37203435** e o código CRC **C882F50B**

O documento pode ser acompanhado pelo site <http://sei.consulta.mj.gov.br/> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.